

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Fundos de Pensão quebrou os sigilos do empresário Adir Assad, condenado pela Justiça Federal, após ter sido investigado na Operação Lava Jato. O requerimento foi aprovado, nesta quinta-feira (17).

Com a medida, a CPI terá acesso aos sigilos bancário, fiscal, telefônico e telemático de Adir Assad e de oito empresas ligadas a ele. O empresário prestou depoimento à comissão, na semana passada, mas não respondeu a maioria das perguntas.

Adir Assad foi condenado em setembro do ano passado, por lavagem de dinheiro e associação criminosa. Na CPI, ele também é suspeito de usar suas empresas para lavar dinheiro aplicado por fundos de pensão no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), denominado Trendbank.

Os negócios teriam contribuído para os atuais déficits nos fundos de pensão dos funcionários da Petrobras (Petros) e dos Correios (Postalis), que são alvos de investigação da CPI.

Buscar a verdade

O presidente da comissão, deputado Efraim Filho (DEM-PB), cita outra linha investigativa que associa o empresário Adir Assad à extinta CPI mista, de deputados e senadores, que apurou a ligação do bicheiro Carlinhos Cachoeira com agentes públicos, em 2012.

"Quem acompanhou a delação premiada (já homologada) do senador Delcídio Amaral (Sem partido-MT, ex-líder do Governo Dilma), lembra que, em trechos do documento, ele inclusive reputa essa eventual quebra de sigilo do senhor Adir Assad e de suas empresas a uma manobra para que fosse encerrada a então CPI do Cachoeira", afirmou.

"Acho que esta CPI dos Fundos de Pensão consegue resgatar esse momento, e nós iremos ter exatamente esses dados para averiguar se havia fundamento ou não naquilo que ele apresenta. Então, acho que esta comissão cumpre o papel de buscar a verdade", acrescentou.

Adir Assad está em prisão domiciliar desde dezembro. De acordo com o Ministério Público, Assad também usou empresas de fachada para intermediar pagamento de R\$ 40 milhões desviados da Petrobras.

Depoimento adiado

O depoimento do presidente do fundo de pensão da Caixa Econômica Federal, Carlos Coser, previsto para esta quinta-feira, foi adiado para a próxima terça-feira (29). A CPI apura as suspeitas de má gestão dos investimentos do Funcef, que seriam responsáveis pelo déficit de mais de R\$ 5 bilhões do fundo.

O adiamento foi pedido pelo relator da CPI, deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), diante de compromissos partidários envolvendo a comissão especial do impeachment da presidente Dilma Rousseff e do clima político acirrado desta quinta.

Relatório adiantado

Souza afirmou que seu relatório está em fase final de elaboração e será apresentado na primeira ou segunda semana de abril: "Nós estamos bem adiantados em nosso relatório, que deve conter, pelo menos, três capítulos. Um capítulo vai contar os fatos da CPI e as razões de sua instalação. Em outro, vamos nos deter em pontos específicos da investigação: selecionamos alguns dos investimentos mais polêmicos, que tinham mais elementos e nos davam, inclusive, um caminho para a investigação. E teremos um capítulo para tratar da reformulação da legislação".

A CPI volta a se reunir na próxima terça-feira (22) para ouvir, pela segunda vez, o presidente da Previ, Gueitiro Matsuo Genso, sobre as suspeitas de má gestão e os prejuízos no fundo de pensão do Banco do Brasil.

Fonte: [Agência Câmara Notícias](#), em 17.03.2016.